

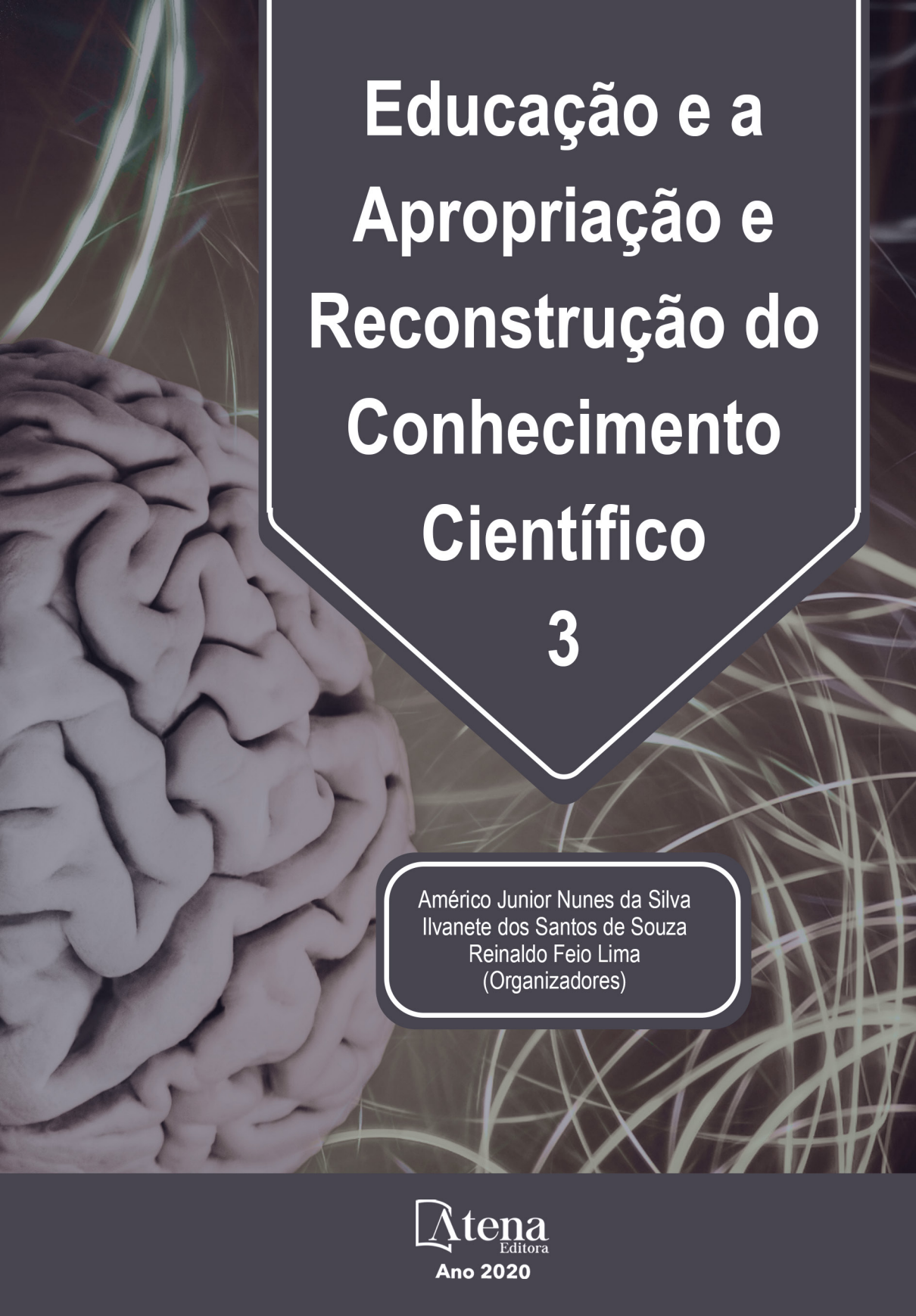
Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

3

Américo Junior Nunes da Silva
Ivanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

 **Atena**
Editora

Ano 2020



Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

3

Américo Junior Nunes da Silva
Ivanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação e a apropriação e reconstrução do conhecimento científico 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-609-6

DOI 10.22533/at.ed.096202711

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Esta obra surge no bojo de uma pandemia: a do novo coronavírus. Contexto marcado pelo distanciamento social e conseqüentemente a suspensão das atividades presenciais em escolas e universidades. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a pandemia da COVID-19 já impactou os estudos de mais de 1,5 bilhão de estudantes em 188 países. E é nessa conjuntura de um “novo normal” que os autores dessa obra organizam as produções que compõem este volume.

Boaventura de Souza Santos¹ em sua obra “A cruel pedagogia do vírus” nos apresenta algumas reflexões sobre os desafios desse período emergencial e lança luz sobre as desigualdades sociais evidenciadas por esse panorama. E conseqüentemente, na Educação, esses aspectos compactuam de algum modo, ao acentuar a exclusão daqueles que não conseguem adequar-se desencadeando impactos no ensino como, por exemplo, acesso a tecnologia, reinvenções metodológicas e a mudança de rotina da sala de aula, dentre outros. O cenário emergencial potencializa os desafios e traz à baila as fragilidades do ensino, ainda em fase de apropriação, pois precisam ser compreendidos, ou seja, as informações carregam intencionalidade.

As discussões realizadas neste volume 3 de “**Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico**”, perpassam pela Educação e seus diferentes contextos e reúnem estudos de autores nacionais e internacionais. Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns do contexto educacional.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país e que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejamos uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

1 SANTOS, Boaventura de Sousa. A Cruel Pedagogia do Vírus. Editora Almedina, Portugal. 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DESAFIOS SOCIAIS E FORMATIVOS

Christiane Andrade Regis

Katia Siqueira de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.0962027111

CAPÍTULO 2..... 11

CURRÍCULO ESCOLAR E OS SABERES LOCAIS: PERCEPÇÕES DOCENTES DE UMA COMUNIDADE RURAL

Leonardo Augusto Couto Finelli

Rânely Nayara Pereira Cruz

DOI 10.22533/at.ed.0962027112

CAPÍTULO 3..... 19

O PLANEJAMENTO COMO FERRAMENTA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO TEMPO DE BRINCAR: O TEMPO E O ESPAÇO A FAVOR DA LIBERDADE DE ESCOLHA DAS CRIANÇAS QUE PERMANECEM NA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Natalia Francisca Cardia dos Santos

Karina Rodrigues de Melo Andrade

DOI 10.22533/at.ed.0962027113

CAPÍTULO 4..... 26

PERSPECTIVAS PARA A AÇÃO PROFISSIONAL: UMA CARTA PEDAGÓGICA À UNIVERSIDADE BRASILEIRA. SOBRE A RECRIAÇÃO DE MIM

Aline Graziela Szczesny Mancilha

Dilmar Xavier da Paixão

DOI 10.22533/at.ed.0962027114

CAPÍTULO 5..... 31

A ABORDAGEM CTSA E A APLICAÇÃO DE PEDAGOGIA INOVADORAS: A MORADIA COMO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ESCOLA

Cacilene Moura Tavares

Cleudes Carvalho de Oliveira

Ana Karla Barbosa Lima

Mayara Cristina Figueiredo Lima

Nazarena Guimarães

Sidilene Brito da Silva

Valdirene Barbosa da Silva

Gissele Christine Tadaiesky Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.0962027115

CAPÍTULO 6..... 40

A CONCEPTUAL REVIEW: DEWEY AND MAKARENKO'S PEDAGOGICAL IDEAS IN THE LATIN AMERICAN CONTEXT

Xóchil Virginia Taylor Flores

Antonio Padilla Arroyo

DOI 10.22533/at.ed.0962027116

CAPÍTULO 7	52
ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORAS NO ENSINO SUPERIOR: O ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA EDUCALAB	
Priscila Monteiro Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0962027117	
CAPÍTULO 8	63
ASSISTÊNCIA SOCIAL ALÉM DA FILANTROPIA: PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AOS FILHOS DOS OUTROS NA CIDADE DE SÃO PAULO (1890-1927)	
Ricardo Felipe Santos da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.0962027118	
CAPÍTULO 9	74
LUTO DO FILHO IDEALIZADO: A INESPERADA DEFICIÊNCIA FÍSICA	
Emanuelle Beatriz da Silva Castro	
Jacqueline Farias Galvão	
Karina da Silva Rui	
DOI 10.22533/at.ed.0962027119	
CAPÍTULO 10	83
O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS EM UM ABRIGO INSTITUCIONAL	
Trayce Kelly Carvalho Alvim	
DOI 10.22533/at.ed.09620271110	
CAPÍTULO 11	92
ESCRITAS FEMININAS: INFÂNCIAS E JUVENTUDES VIVENCIADAS E RECRIADAS	
Priscila Kaufmann Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.09620271111	
CAPÍTULO 12	104
O METRÔ DE SÃO PAULO COMO AGENTE DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA	
Diamantino Augusto Sardinha Neto	
Fábio Gonçalves Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.09620271112	
CAPÍTULO 13	116
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MOVIMENTOS DE (RE) APRENDER A SER DOCENTE	
Cacilene Moura Tavares	
Kelly Rebeca Castanheira Oliveira	
Tamara Almeida Damasceno	
Herica Teixeira Simão	
DOI 10.22533/at.ed.09620271113	

CAPÍTULO 14	128
ENSINO DE BIOLOGIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: MAPEAMENTO DE ARTIGOS SOBRE O TEMA NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES	
Deisiré Amaral Lobo	
Angélica Conceição Dias Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.09620271114	
CAPÍTULO 15	140
EQUATORIAL “PAZOS” DO OBSERVATÓRIO DO VALONGO: ORIGEM E TRAJETÓRIA	
José Adolfo Snajdauf de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.09620271115	
CAPÍTULO 16	150
A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA PAULISTA NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1920: PERMANÊNCIAS E DESLOCAMENTOS NO IDEÁRIO DO ENSINO INTUITIVO	
Aparecida Rodrigues Silva Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.09620271116	
CAPÍTULO 17	160
A TRANSDISCIPLINARIDADE DOS ESTUDOS DE PAULO FREIRE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO	
Carlos Eduardo Poerschke Voltz	
Juliana Poerschke Voltz	
José Antonio Ribeiro de Moura	
Cidmar Ortiz dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.09620271117	
CAPÍTULO 18	173
RELATO DE EXPERIÊNCIA: PRODUZINDO SAÚDE ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO	
Viviane Mikaelle Lopes Maciel	
Dilene Fontinele Catunda Melo	
Fernando Cândido Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.09620271118	
CAPÍTULO 19	179
EDUCAÇÃO FEMININA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ESTADO DA ARTE EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO	
Aline de Medeiros Fernandes	
Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto	
Gillyane Dantas dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.09620271119	
CAPÍTULO 20	189
O ENSINO SUPERIOR NA QUALIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM PROTEÇÃO CIVIL – UM MODELO METODOLÓGICO DE PESQUISA	
Manuel João Ribeiro	
Ana Paula Oliveira	

Paulo Gil Martins

Ana Barqueira

DOI 10.22533/at.ed.09620271120

SOBRE OS ORGANIZADORES201

ÍNDICE REMISSIVO.....203

CAPÍTULO 1

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DESAFIOS SOCIAIS E FORMATIVOS

Data de aceite: 01/11/2020

Christiane Andrade Regis

Universidade do Estado da Bahia (UNEB),
Departamento de Ciências Humanas – DCH –
Campus IX
Barreiras-Bahia
<https://orcid.org/0000-0002-3213-1721>

Katia Siqueira de Freitas

Universidade Católica do Salvador (UCSAL),
programa de Políticas Sociais e Cidadania,
grupo de pesquisa Gestão e Avaliação de
Políticas e Programas Sociais- GAPPS
Salvador-Bahia
<http://orcid.org/0000-0003-0984-814X>

RESUMO: O texto “Extensão Universitária: desafios sociais e formativos” apresenta resultados parciais de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, vinculado ao Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais. A discussão acerca da Extensão Universitária enquanto responsável pelo cumprimento da função social da universidade e formação do sujeito ganhou destaque no cenário acadêmico a partir das políticas relativas ao ensino superior que ditam princípios e diretrizes concernentes a essa atividade. O objetivo da investigação foi discutir o papel da Extensão Universitária no cumprimento das funções inerentes à universidade no contexto atual. Os desafios que se colocam à extensão universitária, retomam

a discussão sobre o papel da universidade na sociedade e formação dos sujeitos. A metodologia da pesquisa foi a revisão sistemática e análise documental. Os documentos analisados foram a Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, a Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, a Lei 13.005 de 26 de junho de 2014, e a Resolução N° 7, de 18 de dezembro de 2018. O cumprimento da função social da universidade pode ocorrer prioritariamente por meio da extensão, tendo em vista o reconhecimento do papel dessa instituição na história da humanidade. As demandas formativas que o contexto social atual imprime à universidade requer ações que possibilitem ao aluno a compreensão da realidade que está inserido, a clareza da sua complexidade e do enfrentamento das incertezas predominantes no contexto social.

PALAVRAS - CHAVE: Papel da Extensão. Extensão Universitária. Políticas do Ensino Superior.

UNIVERSITY EXTENSION: TRAINING AND SOCIAL CHALLENGES

ABSTRACT: The text “University Extension: training and social challenges” presents partial results of a research developed while participating in a graduate Program in Social Policies and Citizenship, and as a member of the Research Group on Management and Evaluation of Social Policies and Projects. The discussion about University Extension as responsible for fulfilling the social function of the university gained prominence in the academic scenario from the policies related to higher education that dictate principles and guidelines concerning

this activity. The aim of the investigation was to discuss the role of University Extension in fulfilling the functions inherent to the university in the current context. The challenges facing university extension resume the discussion about the role of the university in society and the formation of subjects. The research methodology was a systematic review and documentary analysis. The documents analyzed were Law 5,540 of November 28, 1968, Law 9,394 / 96 of December 20, 1996, Law 13,005 of June 26, 2014, and Resolution 7 of December 18, 2018. The fulfillment of the university's social function can occur primarily through extension, with a view to recognizing the role of this institution in the history of humanity. The formative demands that the current social context imposes on the university require actions that enable the student to understand the reality that is inserted, the clarity of its complexity and to face the prevailing uncertainties in the social context.

KEYWORDS: University Extension. Extension Role. Higher education policies.

1 | INTRODUÇÃO

A universidade brasileira instituída formalmente da década de 1930, é responsável pela formação do sujeito tendo em vista a aprendizagem, desenvolvimento de habilidades, inserção social e no mundo do trabalho, bem como a preparação para a cidadania. Exercer sua função primordial requer a formulação e implementação de políticas subsidiadas pela compreensão do contexto social atual, das condições e dos fenômenos numa perspectiva complexa, bem como das questões éticas e políticas. Preparar o sujeito para inseri-lo no contexto pressupõe uma lógica de enfrentamento das incertezas da realidade, dos desafios do mundo do trabalho e das demandas emergentes da necessidade de melhoria de vida das pessoas.

A formação do sujeito no nível superior está pautada no ensino, na pesquisa e na extensão, instituídos formalmente pelo princípio da indissociabilidade entre ambos conforme a Constituição Federal de 1988. Ao lado do ensino e da pesquisa, a extensão é compreendida hoje como responsável pelo cumprimento da função social da universidade e pela formação do sujeito. A mudança de entendimento acerca da extensão dá origem a uma epistemologia que tem suas bases na articulação entre a teoria e a prática, no diálogo entre universidade e sociedade, e nos processos de aprendizagem inter, multi e transdisciplinares.

A investigação sobre as questões que subsidiam o entendimento de que a extensão é processo formativo, apresenta-se como condição para a discussão das políticas para o ensino superior. Assim, o presente texto tem como objetivo discutir o papel da Extensão Universitária no cumprimento das funções inerentes à universidade no contexto atual. Para alcançar o objetivo, foi necessária realização de revisão sistemática para o reconhecimento das teorias e discussões atuais sobre o tema, além de análise documental. Os documentos analisados foram a Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, que trata da reforma universitária brasileira, a Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, que reformou todo o ensino em seus níveis e modalidades, a Lei 13.005 de 26 de junho de 2014, que

instituiu o atual Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que define princípios e diretrizes norteadores da extensão e orientação ao cumprimento da meta 12.7, conforme PNE - 2014-2024.

No primeiro momento, a discussão tem como foco a reflexão sobre as funções da universidade no contexto atual, os desafios e as perspectivas de cumprimento de seus fins. No segundo momento, a extensão universitária é o mote da discussão, abordada sob a perspectiva de atividade acadêmica de natureza orgânica e formativa. Ao final, as inferências encaminham o olhar para a efetivação das políticas específicas concernentes à extensão universitária a partir das referências teóricas que as subsidiam, das demandas sociais e acadêmicas.

2 | UNIVERSIDADE NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

A universidade, pela formação do sujeito em nível superior, apresentou paradigmas formativos diversos desde sua criação no Brasil, a partir de 1930. Tradicionalmente, promoveu ensino e, com as transformações no campo das políticas educacionais, inseriu a pesquisa como mais uma atividade sob sua responsabilidade. No Ensino Superior, a tradição educativa centrada na formação profissional e humanista clássica cedeu lugar para a formação do sujeito crítico, profissional cidadão, lutando hoje contra um modelo de universidade operacional (CHAUÍ, 2001), com a finalidade de alcançar a autonomia no seio da universidade e dos sujeitos, para que promovam a melhoria da vida das pessoas e a transformação da social.

A educação, concebida como direito social a partir da Constituição brasileira de 1988, tem como prioridade a formação do sujeito, decorrente da construção de saberes, desenvolvimento das habilidades e das competências pessoais, sociais e profissionais, numa sociedade que se pretenda democrática. No entendimento de Chauí (2001), os modelos que se apresentaram historicamente estavam pautados nos paradigmas de universidade funcional (1970), de resultados (1980) e operacional (1990), que possuem como características predominantes a formação técnico-profissional, a relação de parceria entre universidade pública e empresa privada e pela instituição voltada a si mesma. A busca pela instauração de um paradigma centrado nos processos democráticos e participativos coaduna com o ideal de instituição autônoma.

Na atualidade, a lógica neoliberal, que tem como prioridade aspectos econômicos e políticos para a maximização dos lucros e acumulação flexível do capital em dimensões globais em estreita relação com as condições locais, requer da universidade a promoção da formação centrada na competência humana, acadêmica, técnica e política, constituindo contraponto ao ensino superior privado que prioriza as demandas sociais emergentes do mercado e fins econômicos. As universidades, especialmente as públicas, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, buscam priorizar a competência acadêmica, por meio

do domínio de conceitos construídos no ensino, na pesquisa e na extensão, oportunizando a inserção no trabalho com postura profissional e cidadã, convergindo para a superação da mera reprodução da lógica laboral. (TAVARES, PIMENTEL, COITÉ, 2017) Os resultados do ensino pautado na formação profissional cidadã poderão contribuir com as transformações sociais promovidas pelos respectivos sujeitos.

A formação cidadão, imprescindível ao enfrentamento do paradigma da produtividade e da vida pessoal e familiar, poderá ser alterado mediante a escolarização, à medida que priorize a transformação e a formação profissional atrelada à luta por direitos sociais e autonomia. (TAVARES, PIMENTEL e COITÉ, 2017)

Ao discutir a perspectiva da política extensionista brasileira nas universidades públicas brasileiras, Maciel (2010) pondera que estas instituições “possuem o potencial de superar a expectativa contida no senso comum de mera produção do conhecimento e de formação de mão de obra qualificada com educação de nível superior”. Enfrentar a lógica do mercado e as políticas neoliberais constitui desafio urgente no interior de cada instituição a fim de que se cumpra seu papel transformador e criativo, para além da conservação da cultura, transmissão e construção de saberes, efetivando-se como responsável por mudanças nas estruturas sociais. Nesse sentido, “as universidades brasileiras possuem a vocação de se engajarem socialmente, problematizando e equacionando a própria sociedade”. (MACIEL, 2010, p. 19)

Segundo Lampert (2010), a problematização da realidade, concebendo-a como fenômeno complexo, constitui condição para a efetivação do ensino superior na contemporaneidade, no intuito de efetivar suas funções com o enfrentamento dos problemas sociais e formativos ao propor um paradigma pedagógico flexível, pautado na ecologia dos saberes.

No exercício de sua função formativa, a universidade ultrapassa as dimensões formativas profissionais e amplia suas possibilidades para a formação integral e abrangente. A esse respeito, Menezes (2005) pontua que o ensino superior deve ampliar suas ações e abranger dimensões sociais e éticas, pois são aspectos que compõem as dimensões pertinentes a uma formação integral. Para que os fins acadêmicos sejam alcançados questões éticas, políticas e sociais, precisam estar presentes na formação de maneira mais abrangente, e não apenas como apêndice formativo.

No entendimento de Tavares, Pimentel e Coité (2017), a universidade é a instituição responsável pela formação integral do sujeito, promovida por meio da ação indissociável das funções do ensino, da pesquisa e da extensão. Sendo assim, a lógica da divisão racional do saber, compartimentalização do conhecimento e dissociação da realidade, passam a ser alvo de superação, tendo em vista a observância da complexidade, a problematização da realidade, a incerteza e promoção de processos pedagógicos pautados na inter, multi e transdisciplinaridade. Conceber a universidade como instituição responsável pela formação do sujeito para o enfrentamento do status quo, requer que os aspectos enunciados estejam

presentes na efetivação das políticas educacionais gerais e nas específicas para o ensino, pesquisa e extensão.

Ao discutir o papel da universidade, Coêlho (2005) concebe-a como imprescindível ao desenvolvimento social, cultural e a formação de seres humanos capazes de intervir nos contextos sociais com o objetivo de promover mudanças que tenham como finalidade a melhoria das condições de vida. A instrumentalização técnico-profissional deve ser apenas um aspecto da formação promovida pela universidade, pois seu papel ultrapassa as questões individuais e está voltada para um coletivo dinâmico, em constante movimento.

Morin (2010) declara que a produção de saberes, valores, cultura e transformações sociais na universidade olham para fora, para o social, à medida que conserva saberes e valores e os emprega no processo de formação de sujeitos capazes de alterar a realidade.

O alcance dos objetivos acadêmicos perpassa pelo efetivo papel desempenhado no ensino, pesquisa e extensão, enquanto dimensões que compõem o tripé formativo da universidade viabilizador de mudanças sociais e formação de sujeitos capazes de promovê-la.

Segundo Maciel (2010, p. 19), as universidades brasileiras possuem o potencial de superarem a expectativa contida no senso comum de mera produção do conhecimento e de formação de mão de obra qualificada com educação de nível superior. As universidades brasileiras possuem a vocação de se engajarem socialmente, problematizando e equacionando a própria sociedade.

As condições as quais a universidade enfrenta dificultam a efetivação de seu potencial, do exercício de suas funções e requer articulação com empresas, Estado, movimentos sociais e sociedade civil de maneira mais ampla, para que se constitua como responsável pela aprendizagem de maneira integradora com a realidade que o sujeito está inserido. Para Maciel (2010, p. 21), conceber “a realidade como referência do fazer pedagógico é a inovação que o fazer extensionista possibilita”.

Na perspectiva que a universidade se coloca no cenário atual, questões como “a fragmentação do conhecimento e da formação” atrelada ao “compromisso com o contexto social” são basilares na relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. (DALMOLIN E VIERIA, 2015, p. 7188)

As condições para um fazer pedagógico que promova a superação do paradigma da racionalidade, fragmentação do saber e especialização, estão dispostas na realidade atual tanto no campo teórico e legal, quanto no campo prático, porém necessitam de medidas efetivas que as implementem nos contextos universitários.

3 | FORMAÇÕES DO SUJEITO E APRENDIZAGENS NO ÂMBITO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária, da forma que é concebida na contemporaneidade

apresenta-se como processo formativo e possibilidade de cumprimento da função social institucional na realidade que está inserida. Cruz e Medeiros Neta (2018, p. 5) demonstraram que o entendimento atual precisou ultrapassar as práticas predominantes de oferta de cursos à comunidade interna e externa à universidade. Apesar de políticas específicas que buscam superar o entendimento e as ações historicamente presentes na academia, na atualidade práticas dessa natureza ainda estão presentes nos ambientes acadêmicos. Com a superação de práticas assistencialistas é possível conceber uma formação profissional cidadã.

Segundo Paula (2015), questões de ordem complexas dificultam a concepção e a efetivação da extensão universitária. As implicações em dimensões políticas e sociais, o diálogo com a sociedade, as vivências e experiências resultantes das ações interferem no processo, dificultando a produção de resultados mais consistentes. Como a extensão é o meio pelo qual a universidade lança-se na sociedade aprofundando o papel institucional, passa a comprometer-se produzindo transformações sociais e conhecimentos que podem contribuir com o desenvolvimento social e humano.

A defesa da extensão e a formulação de políticas específicas no âmbito das universidades brasileiras demonstrou sua relevância com a atuação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras– FORPROEX . A partir daí, chegou-se a uma definição que compreende o conceito, a natureza das ações e os propósitos desta atividade. A Política Nacional de Extensão Universitária, de 2012, declara que a “Extensão Universitária, sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”. Conceito defendido pelo coletivo de acadêmicos que vivenciam a extensão e reconhecem seu papel ao lado do ensino e da pesquisa.

Em razão do reconhecimento do papel desempenhado pela extensão na formação dos alunos, é que o Plano Nacional de Educação— PNE- - de 2001/2010, bem como o PNE 2014/2024, trouxeram a ideia de curricularização da extensão como forma de integrá-la de maneira orgânica ao ensino e à pesquisa. Dessa forma, a extensão, que por muito tempo era vivenciada primordialmente por alunos que possuíam os requisitos para a participação das ações passou a ser compreendida como imprescindível ao desenvolvimento de todos os alunos.

A reorganização curricular, com a contemplação de ações extensionistas para os alunos em sua totalidade, pode contribuir com a superação de dificuldades dos alunos trabalhadores participarem das ações e professores que não possuem carga horária disponível para a realização de ações em razão do número de aulas e pesquisas. Fatores como esses foram sinalizados em pesquisas anteriores, que demonstraram falta de recursos financeiros, tempo para alunos e professores participarem de forma mais direta, informação dentro e fora da instituição, desconhecimento dos processos e possibilidades

de ações que potencializem a formação dos alunos e a relação da universidade com a sociedade. (TAVARES e FREITAS, 2016)

Segundo Jezine (2004), a perspectiva acadêmica concebe a extensão integrada ao ensino e à pesquisa, como dimensão teórico-prática, voltada diretamente para o atendimento das necessidades sociais das camadas populares.

As mudanças no campo teórico, resultantes das reflexões e críticas impactaram as políticas educacionais, culminam no entendimento da urgência de universalização da extensão a todos os alunos nos cursos de graduação e pós-graduação. Expressa-se o reconhecimento da essencialidade da extensão na formação acadêmica e para que se cumpra a universalização é imperativa a reestruturação curricular.

A previsão de integralização de 10% (dez por cento) de ações extensionistas na formação do aluno, com os devidos registros e creditações curriculares, prevista no PNE – 2014/2024 em sua estratégia 12.7, vai além do desenvolvimento e fortalecimento de projetos e programas com objetivos formativo voltados a questões de pertinência social, pois demonstra a concretização da ideia de formação atrelada à função que a universidade deve assumir na sociedade.

Para Tavares, Pimentel e Coité (2017), esse é o desafio mais atual às instituições, que traz o reconhecimento da extensão como processo formativo, de função e importância no mesmo patamar do ensino e da pesquisa. Centrar as ações em áreas e demandas sociais, pode potencializar a formação do sujeito e o estreitamento dos laços entre universidade e sociedade. As demandas sociais atuais requerem conhecimento mais significativo da situação e um posicionamento crítico diante delas, resultantes da inserção do sujeito na realidade, que pode ser construído a partir do envolvimento em ações extensionistas.

A ideia de confronto entre teoria e prática, diálogo e troca entre universidade e sociedade pode romper com a centralidade da sala de aula e das investigações que ao produzirem conhecimentos científicos cada vez mais sistemáticos, não se apresentam próximos à sociedade, aos que estão fora da universidade.

Para Jezine (2004), é por meio de articulação interna e externa, de maneira mais intensa, política que tenha como prioridade a indissociabilidade entre as dimensões acadêmicas, parcerias institucionais e integração dos agentes sociais aos projetos, que ocorrerá a institucionalização da extensão na perspectiva acadêmica.

Empreender esforços no intuito de cumprir as metas estabelecidas no PNE - 2014-2024, perpassa pelo entendimento de que haja articulação entre a extensão e as demais funções, instituições e agentes sociais dos projetos.

Para Souza (2011, p. 11), “a extensão é uma prática que revela a inserção social da comunidade universitária (ou parcela dela) em contextos culturais, econômicos, sociais e políticos”. A promoção da interação, diálogo, envolvimento e confronto de realidades, ideias e saberes é o que garante a compreensão da realidade e a promoção de ações transformadoras. A realização de ações pontuais e o cumprimento de atribuições de maneira

unilateral e desvinculada com o contexto não possibilitam o alcance dos fins propostos pela extensão universitária na formação dos alunos, atuação dos professores e sociedade.

Segundo Tavares, Pimentel e Coité (2017, p. 130), “A extensão, ao mesmo tempo que se nutre dos saberes do ensino, da pesquisa e desenvolve ações com a finalidade de produção de novos saberes e ações, propõe-se como problematizadora da realidade”. A nutrição dos saberes do ensino e da pesquisa são viabilizados por meio da relação entre a teoria e a prática evidenciada em ações na sociedade capazes de trazer ao aluno a possibilidade de mobilização dos saberes já construídos social e academicamente e os confronto com os saberes instituídos na sociedade e que são apresentados no momento em que as ações são realizadas.

Freire (1977) trouxe à tona o potencial dialógico, a participação, o confronto entre a realidade social e acadêmica, os saberes populares e científicos, para demonstrar o potencial formativo da extensão, ao tecer críticas ao ensino bancário, e propor educação com processos e objetivos centrados na autonomia do sujeito e na sua consequente ação transformadora na sociedade. Dessa forma, problematizar a realidade, levantar questões pertinentes, solucionar problemas, apontar caminhos e agir diante da realidade são etapas, ações possíveis de serem efetivadas por meio da extensão.

A concepção extensionista proposta por Freire desde a década de 1960, se constituiu uma via alternativa à superação do pensamento e do entendimento de que a universidade deve primar pela razão, pela teoria em detrimento da realidade. Sampaio (2005) aponta a extensão como alternativa para a superação da lógica acadêmica estabelecida, desde que atrelada às ações de ensino e pesquisa. Nos dias atuais, a percepção da realidade, com seu dinamismo e mudanças constantes, remete à necessidade de perceber as complexas relações que existem e o movimento produzido nestas.

Na perspectiva de Jezine (2004) a extensão como dimensão acadêmica é decorrente de sua integração na dinâmica pedagógica e curricular, envolvimento de professores e alunos e alteração da estrutura dos cursos via flexibilização curricular, tendo em vista a formação crítica do aluno.

A extensão, assegurada por princípios constitucionais e amparada pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024, Política Nacional de Extensão Universitária/2012, Resolução Nº 7/2018, do Conselho Nacional de Educação, assume uma dimensão processual acadêmica e orgânica para que se cumpra enquanto processo formativo e social na universidade.

Sendo assim, “(...) é que a concepção e o sentido de atividades de extensão para a prestação de serviços e assistencialismo começam a dar sinal de finitude ou adaptações significativas, cedendo lugar para a concepção acadêmica que prima pela formação dos envolvidos (...)” (KOCHANN, SILVA, AMORIM, 2018, p. 65) A superação de ações que não contribuem significativamente para a formação dos alunos e consequentes transformações qualitativas na sociedade passou a ser uma necessidade no ensino superior em razão da

persistente necessidade de estreitamento de laços entre universidade e sociedade.

A discussão acerca da extensão universitária é perpassada pelas questões mais gerais do ensino superior, de suas políticas, princípios e estrutura de funcionamento. Sendo assim, o estudo do objeto requer uma análise ampla que dê conta de aspectos pertinentes às ações e sujeitos envolvidos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo das discussões sobre a Extensão Universitária há concepções que foram alteradas em decorrência das mudanças ocorridas nos contextos sociais, políticos, econômicos e institucionais. Desde os anos 1930, com a criação formal da universidade brasileira, a extensão foi mencionada em leis que regiam o ensino superior e no contexto atual está em vias de universalização nos cursos de graduação e pós-graduação por meio da curricularização da extensão. O reconhecimento de seu papel social e formativo imprimiram desafios que requereu críticas e questionamentos acerca das concepções e ações empreendidas com caráter assistencial, expresso nos serviços prestados às comunidades.

A produção de conhecimentos centrados na realidade social, nos fenômenos complexos, na produção de saberes inter, multi e transdisciplinares e no enfrentamento das incertezas no contexto contemporâneo se constitui desafio às universidades, a fim de que se enfrentem a lógica da acumulação flexível do capital e trabalho.

Consolidar uma formação que esteja centrada na relação entre a teoria e a prática, passou a ser alvo das instituições, que primam pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Assim, a efetivação da proposta formativa é considerada inovadora por vislumbrar no fazer acadêmico a indissociabilidade nas graduações e pós-graduações, via reestruturação curricular.

Para que os fins sociais e formativos da Extensão universitária se cumpram no seio da universidade são necessários enfraquecimentos da lógica mercadológica da educação, limitações dos paradigmas formativos voltados à construção de conhecimentos que ainda seguem a lógica da compartimentalização e supervalorização da razão sem a devida proximidade com a realidade social com suas estruturas e dinâmicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968. In.: : www.planalto.gov.br. Acesso em 21 de outubro de 2016.

_____, Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. In.: : www.planalto.gov.br. Acesso em 21 de outubro de 2016.

_____, Lei 13.005 de 26 de junho de 2014. In.: www.planalto.gov.br. Acesso em 21 de outubro de 2016.

_____, Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. In.: www.planalto.gov.br. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Extensão Universitária: revisitando conceitos e práticas iinstitucionais. In: CALDERÓN, Adolfo Ignacio, SANTOS, Sônia Regina Mendes dos e SARMENTO, Dirléia Fanfa. (Org.) EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: uma questão em aberto. São Paulo: Xamã, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Escritos sobre a universidade. São Paulo: UNESP, 2001.

COELHO, Ildeu Moreira. A universidade, o Saber e o Ensino em Questão. In: In.: VEIGA, Lama Passos Alencastro e NAVES, Marisa Lomônacode Paula. Currículo e Avaliação na Educação Superior. Araraquara: Junqueira e Marin, 2005.

CRUZ, Cristiane de Brito e MEDEIROS NETA, Olívia Moraes. PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL (2015-2017). in.: www.conedu.com.br

DALMOLIN, Bernadete Maria e VIEIRA, Adriano José Hertzog. Curricularização da Extensão: potências e desafios no contexto da gestão acadêmica. XII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), 2015.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KOCHHANN, Andréa, SILVA, Maria Eneida da, AMORIM, Maria Cecília Silva de. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ACADÊMICA, PROCESSUAL E ORGÂNICA: UM PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES. R UFG, Goiânia, v. 18, n. 22, p. 61-89, jan./jul. 2018.

JEZINE, Edineide Mesquita. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte, 12 a 15 de setembro de 2004. In: <https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>

LAMPERT, Ernâni. (Re)criar a universidade: uma premissa urgente. In.: LAMPERT, Ernâni e BAUMGARTEN, Maira. Universidade e Conhecimento. Possibilidades e desafios na contemporaneidade. Porto Alegre: Sulina: Editora da UFRGS, 2010.

MACIEL, L. R. Política nacional de extensão: perspectivas para a universidade brasileira. Participação, v. 10, n. 18, p. 15-25, 2010.

PAULA, João Antonio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces – Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 5-23, Belo Horizonte, Jul./Nov. 2013.

SILVA, Katia Curado e KOCHHANN, Andréa. Tessituras entre concepções, curricularização e avaliação da extensão universitária na formação do estudante. Espaço Pedagógico. v. 25, n. 3, Passo Fundo, p. 703-725, set.-dez. 2018. Disponível em www.upf.br/seer-index.php-rep

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abrigo Institucional 11, 83, 84, 90

Acesso à educação 11, 104

Administração 12, 147, 152, 160, 161, 162, 170, 172, 201

Aprendizagem 2, 5, 24, 29, 31, 35, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 116, 119, 120, 121, 122, 126, 130, 132, 135, 136, 164, 166, 167, 176, 199, 202

Assistência Social 11, 63, 65, 67, 70, 71, 72, 85, 86, 90, 164, 172

Astronomia 140, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 149

B

Base Nacional Comum Curricular 11, 13, 16, 17

C

Casa Lar 83, 84, 85, 87, 89, 90

Cidade de São Paulo 11, 63

Colectivo 41, 47, 50

Competências científicas 189

Comunidade Rural 10, 11, 13, 14, 17

Contos de fadas 117

Controle Social 63, 64, 67, 68, 71

Crianças 10, 11, 13, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 34, 36, 37, 38, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 152, 156, 157, 173, 175, 176, 177

CTSA 10, 31, 32, 34

D

Deficiência Física 11, 74, 75, 76, 79, 81, 82

Desenvolvimento sustentável 10, 31, 32, 33, 34

Dewey 10, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51

Docente 11, 11, 15, 17, 52, 55, 60, 116, 121, 127, 128, 131, 136, 138, 201

E

Educação em saúde 173, 175, 176, 177, 178

Educação feminina 12, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

Emancipação educacional 52

Ensino de biologia 12, 128, 130, 132, 133

Ensino Superior 11, 12, 1, 2, 3, 4, 8, 9, 14, 27, 52, 53, 55, 56, 60, 62, 74, 104, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 129, 152, 189, 190, 191, 201

Ensino Universitário 26, 62, 104

Escola 10, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 25, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 64, 65, 69, 70, 73, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 110, 116, 119, 120, 122, 123, 127, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 167, 169, 173, 175, 176, 178, 180, 189

Escritoras 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102

Estratégias Educacionais 52, 53

Estudos Organizacionais 160, 161, 162, 163, 164, 170, 171, 172

Extensão Universitária 1

F

Filho Idealizado 11, 74, 75, 78, 80, 81, 82

Formação de professores 12, 10, 128, 130, 131, 132, 133, 138, 139, 201

Formação profissional 3, 4, 6, 26, 131, 132

G

Gestão da inovação 52, 54, 57

H

História cultural 92, 158

História da educação 12, 179, 186

I

Infâncias 11, 83, 86, 87, 89, 92

Institucionalização 7, 83, 84, 86, 87

Instituição imaginária 92, 94, 99, 102

Instrução Primária 70, 150

Intencionalidade Pedagógica 19

L

Liberdade de escolha 10, 19

Luto 11, 74, 75, 77, 78, 80, 81, 82

M

Makarenko 10, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

Matriz Curricular 11

Método Intuitivo 150, 157, 158
Metodologias ativas e criativas 52
Metrô 11, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115
Mobilidade Urbana 104, 106, 109, 113
Modelo teórico-analítico 189, 199
Moradia 10, 31, 32, 33, 39, 68, 85, 105
Mudanças nas práticas universitárias 26

O

Observatório do Valongo 12, 140

P

Paulo Freire 12, 26, 29, 30, 124, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172
Pedagogia 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 172
Percepção Docente 11
Período Integral 19, 22
Pesquisas Científicas 91, 128, 129
Pobreza 63, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 87, 166
Prácticas 41, 44, 46, 49, 50
Primeira República 12, 179, 180, 183, 184, 185, 186
Produção Científica 128, 132, 133, 134, 186
Projeto de extensão 173, 174, 176
Promoção da saúde 173, 175, 177, 178
Proteção Civil 12, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200

Q

Qualificações profissionais 189

R

Recreação 19, 20, 22, 24, 97, 145

S

Saberes Locais 10, 11, 12

T

Telescópio 140, 141, 142, 143, 145, 147, 148
Transdisciplinaridade 12, 4, 160, 161, 162





V

Visibilidade Científica 128

Vivências 6, 24, 26, 27, 83, 84, 87, 95, 126

Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

3



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br